



“MEU PRAZER AGORA É RISCO DE VIDA” OU QUANDO A MÍDIA TRANSFORMA GAYS EM MONSTROS

Autor: Msc. Fábio Ronaldo da Silva;

Universidade Federal de Pernambuco, fabiocg@gmail.com

Co-autor: Ph.D Martinho Tota Filho Rocha de Araújo

Universidade Federal do Ceará, martinho.tota@gmail.com

RESUMO: O aparecimento do HIV/Aids não significou apenas o surgimento de uma epidemia global, mas também a criação de sujeitos “abjetos”, “monstruosos”, em virtude de suas condutas sexuais. A mídia (jornais, revistas, programas televisivos, etc.) nesse sentido em muito contribuiu com esse processo. É este o tema da presente comunicação, que gira em torno da problemática triangular envolvendo Aids, homossexuais e os meios de comunicação no Brasil.

Palavras-chave: AIDS; Mídia; Gay.

INTRODUÇÃO

Em uma ensolarada quinta-feira de agosto de 1981, no Caderno B, página 06 do *Jornal do Brasil*, entre a programação teatral daquela semana¹ e a notícia de um raro documento doado pelo México ao Brasil, encontramos a seguinte matéria²: “Câncer em homossexuais é pesquisado nos EUA”, a qual informa ao leitor que uma equipe médica, composta por 20 especialistas em doenças viróticas, parasitárias, venéreas e em várias formas de câncer, foi montada pelos Centros Nacionais

para Controle de Doença, nos Estados Unidos, para investigar o surgimento de tipos raros, mas mortais, de pneumonia e câncer que estavam acometendo “principalmente os homossexuais masculinos”. Segundo a notícia, o “câncer” já havia sido detectado em 10 estados americanos com 108 casos registrados, dos quais 40% morreram.

No Brasil, os veículos que publicavam essas notícias tinham como principal fonte as agências norte-americanas de notícias, fazendo com que a forma como a Aids era abordada pela mídia americana exercesse influência nos noticiários nacionais e, conseqüentemente, no imaginário social relacionado à doença, sobretudo nas questões relacionadas ao comportamento dos homossexuais, tidos como “grupo de risco”. Afinal, a notícia de que a maioria dos casos notificados de Aids era de pessoas

¹ http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=

² Acredita-se que a disseminação do HIV pelo mundo ocorrera na década de 1970. Quando o periódico *Jornal do Brasil* publica em 1981 a matéria sobre o caso nos EUA, 20 países já haviam identificado pessoas infectadas pelo HIV, conforme pode ser visto em MANN, Jonathan, TARANTOLA, Daniel J. M. NETTER, Thomas W. (orgs). **A Aids no mundo**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará/Abia/IMS – UERJ, 1993.



identificadas como homossexuais sustentou a ideia de que estar doente de Aids era sinônimo de ser homossexual³. E será sobre esse assunto que esse trabalho discorrerá, ou seja, problematizaremos a forma como a grande mídia impressa brasileira contribuiu na construção da imagem dos homossexuais como causadores da Aids, sendo estes os vilões e não as vítimas da doença.

A mídia, que também pode ser percebida como um dispositivo de enunciação, ao noticiar os casos de Aids fará com que a sexualidade abandone os espaços íntimos e privados, tornando-se uma questão de interesse dos médicos, dos epidemiológicos, dos sanitaristas, dos psicólogos, etc.

Ao denominar a mídia de dispositivo, estamos coadunando com a ideia de Agamben (2014) que, ao dialogar com um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Michel Foucault, nomeará dispositivo como qualquer coisa que tenha, de algum modo, a capacidade de capturar, orientar, determinar, controlar os gastos, condutas, discursos e opiniões das pessoas (2014). Assim, a mídia, ao dar visibilidade a essa nova doença, a transformará em uma “peste”, sendo

³ No início dos anos 1990, o diretor do Programa Global sobre Aids, da OMS, fez um pronunciamento informando que o maior índice de pessoas infectadas em todas as regiões do mundo era de heterossexuais.

necessária uma “guerra” para poder derrotá-la.

Susan Sontag (1988) nos mostra o quanto as metáforas são geralmente utilizadas em campanhas de saúde que, na maioria das vezes, tratará a doença como algo que invade a sociedade, sendo necessário travar lutas ou iniciar uma guerra na tentativa de reduzir a mortalidade causada na batalha.

Ao contrário de outras doenças que causam vergonha, o paciente geralmente não vai expor para a família que está doente. Mas a Aids, mesmo quando o portador do vírus HIV não deseja, terminará por expor compulsoriamente sua identidade sexual para a família, os amigos, os vizinhos, colegas de trabalho.

Na edição 723 da revista *Veja*, publicada em 14 de julho de 1982, podemos encontrar uma matéria não assinada sobre a “peste gay” intitulada “Mal particular”, na qual o médico e professor da Universidade Federal da Bahia, Elsimar Coutinho, alega que “a epidemia da imunodeficiência em questão é causada pelo consumo exagerado de hormônios estrógenos⁴” (p.74). Coutinho toma como referência pesquisa publicada em uma revista especializada de Londres chamada *The Lancet*. A matéria finaliza apresentando outras possíveis possibilidades da ocorrência dessa “peste”, sendo uma delas

⁴ <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>



“o desgaste do organismo dos homossexuais – minado pela enorme quantidade de infecções a que estão expostos, em razão da natureza promíscua de sua atividade sexual” (p.74).

A culpabilização por não seguir os padrões heteronormativos será uma constante nas notícias sobre o assunto. Além disso, se antes da doença os homossexuais eram alvo de discriminação em virtude de seu comportamento sexual, agora eram automaticamente associados à epidemia de HIV/Aids.

A mídia no Brasil só passaria a trazer mais notícias sobre a doença em 1983, quando da morte do estilista Marcos Vinicius Resende Gonçalves, o Markito, sendo essa a primeira vítima famosa que morreria em decorrência da Aids no país.

Aos 5 de junho de 1983, o *Jornal do Brasil*, na página 28 do caderno 1, seção “Falecimentos”, noticiava a morte de

Marcos Vinicius Resende Gonçalves, o Markito, 30, de doença diagnosticada como câncer gay. Em hospital de Nova Iorque, mineiro, de Uberaba, era costureiro e figurinista dos mais famosos do Brasil, chegando a ser chamado de costureiro das estrelas. [...] Vivia há 10 anos em São Paulo e há seis meses começou a ter sintomas da doença. Inicialmente foi tratado pelo médico Paulo Mesquita e depois, aconselhado por outro médico, Jorge Bastos Garcia, a ir se tratar nos Estados Unidos⁵. [...]

⁵http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=0&Pesq=

A morte do estilista foi um “prato cheio” para a mídia contribuir na construção de uma epidemia que estava conexas aos homossexuais masculinos que acabavam associados, sem nenhuma distinção, à promiscuidade, sendo estes ainda os portadores do novo mal do século e, por essa prática de vida “irregular”, estavam sendo punidos por terem um comportamento perigoso através de atos sexuais considerados divergentes. A transmissão sexual desta doença, tida pela maioria como uma calamidade em que a própria vítima é culpada, será mais censurada do que a de outras, isto porque a Aids seria causada pelos excessos, “perversão” e “depravação” sexuais (SONTAG, 1988).

Outro fator decisivo para os *media* direcionarem os holofotes para essa doença surgiu durante a década de 1980 e começo da década de 1990, quando personalidades famosas como Lauro Corona, Rock Hudson, Flávio Império, Cazuza e Renato Russo, pessoas que haviam “saído do armário” ou que, pelas enunciações jornalísticas, foram ditas homossexuais ou postas em dúvida quanto à orientação sexual, foram declaradas portadoras do HIV/Aids. A partir da morte de Markito, a Aids passa a ter no Brasil a visibilidade que, mesmo existindo clinicamente, não havia recebido até então. Quando o *Jornal do Brasil*, a *Folha de São*



Paulo ou os telejornais falavam sobre o assunto, era como se a doença fosse um problema dos outros, seria um “mal de folhetim”, como escreve Galvão (2000), pois as notícias publicadas geralmente eram sobre os casos que surgiam nos Estados Unidos, país que já havia registrado mais de 500 mortes em decorrência da Aids.

Como mencionou Daniel (1991), a mídia brasileira aguardava, ansiosamente, pelo nome da primeira vítima da doença no país, para publicar uma manchete já preparada de antemão. E a manchete chegaria em 1983, ano em que foram oficialmente notificados 41 casos de pessoas com Aids, sendo 40 homens e uma mulher.

A edição 771 da revista *Veja*, publicada em 15 de junho de 1983, também noticiou a morte de Markito. A matéria, de quatro páginas, intitulada “O enigma que mata⁶”, trazia o seguinte subtítulo: “a terrível síndrome de deficiência imunológica adquirida (AIDS) avança nos Estados Unidos e faz sua primeira vítima no Brasil”. Junto à matéria, vemos a foto do estilista em um cavalo e, ao lado, a capa no *New York Post*, publicado no dia 6 daquele mesmo mês, que trazia como manchete principal: “Top designer dies of Aids⁷”. Além de informar sobre a morte do estilista, primeira vítima

popularmente conhecida no Brasil a morrer em decorrência da Aids, a matéria, que não está assinada, conta a história dos primeiros casos identificados nos EUA, pontuando que a doença “ataca principalmente homossexuais, como Markito” (p.74). Ao longo da reportagem, ainda que a Aids não seja descrita como uma doença exclusiva dos gays – podendo acometer também usuários de drogas, haitianos e hemofílicos –, os homossexuais ditos “promíscuos” acabam sendo qualificados como formando o grupo mais vulnerável à infecção pelo HIV.

O Centro de Controle de Doenças de Atlanta chegou à conclusão de que a AIDS não se caracteriza apenas por preferir homossexuais mas, entre estes, ataca principalmente os homossexuais promíscuos, aqueles que trocam frequentemente de parceiros e se permitem outros excessos (...)

Apesar da “promiscuidade” ser a grande causa da infecção, o médico Moacyr de Pádua Vilela – que aparece no texto dando suas impressões sobre a doença – demonstrava seu incômodo por não conseguir explicar o motivo de pessoas heterossexuais (que “não eram promíscuas”) serem portadoras do vírus, enquanto que mulheres prostitutas não se tornavam vítimas da doença.

Na matéria há ainda depoimento de pesquisadores querendo saber de onde veio essa nova praga, sendo os países menos desenvolvidos os principais alvos. No texto

⁶ <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

⁷ “Estilista morre de Aids”



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

são citados Haiti, Cuba e países do continente africano. A grande matéria se encerra com a reflexão do pintor e ex-colaborador do periódico *Lampião da Esquina*, Darcy Penteado, que alertava os gays para não se tornarem vítimas de uma regressão moralista que estigmatiza os homossexuais como principais causadores da doença. A questão da “peste” que vem de fora, especificamente dos continentes africano e asiático, é algo presente na reportagem.

Logo abaixo da matéria publicada na revista *Veja*, no final da página, há um box cor de rosa que fala sobre Markito e uma foto do estilista, sorridente e deitado numa cama. O texto afirma que Marcos era um paciente bastante difícil de se lidar, pois não cumpria as determinações médicas, sendo construída assim a imagem de uma pessoa que não conseguia seguir regras, nem mesmo aquelas que lhe garantiriam mais alguns anos de vida.

Como relembra Trevisan (1999, p. 429),

A partir daí, essa doença, considerada predominantemente americana e rica, invade com sensacionalismo os meios de comunicação e o cotidiano dos homossexuais brasileiros. Os jornais especulam sobre o “câncer guei” (por causa do sarcoma de Kaposi) ou, simplesmente, “peste gay” já que a doença vem atacando sobretudo homossexuais, no mundo todo.

As discussões trazidas pela mídia a respeito da Aids contribuiriam para construir,

entre os brasileiros, uma imagem de que a doença vitimava apenas homossexuais ricos e promíscuos que transitavam por grandes metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo⁸, Paris ou Nova York. De acordo com Parker (1994), tal imagem nunca foi questionada nem pelos especialistas da área médica nem pelas autoridades da área de saúde pública, ou seja, as autoridades médicas acabaram legitimando o discurso trazido pela mídia e assumindo-o como uma verdade.

Sete dias após a notícia sobre o falecimento de Marcos, o *Jornal do Brasil* traria matéria na qual seriam relatados os dois primeiros casos de “câncer gay” registrados no país. O texto traz depoimento de Valéria Petri, mestre em imunologia, professora-adjunta da Escola Paulista de Medicina, que identificou e estava tratando dos dois homossexuais infectados pelo vírus. Petri alerta sobre a necessidade de respeitar os dois brasileiros infectados, afirmando que “eles não estão com a síndrome só porque são homossexuais. Lembro que não são só os homossexuais que podem contrair esse vírus, mas qualquer pessoa que tenha uma resistência de imunologia diminuída,

⁸ No ano de 1983 São Paulo foi o primeiro estado a criar um programa governamental destinado a casos de Aids. A notificação dos casos da doença só passou a ser compulsória três anos depois, ano também no qual o programa de Aids de abrangência nacional começa a ser executado pelo governo federal.



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

independe da opção sexual⁹”. Petri diz ainda que não vê a Aids como uma “punição” nem como uma “praga gay”.

Na segunda parte da matéria, temos a fala do imunopatologista e assessor estadual do Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, Gilberto Soares, que diz que a Aids não preocupa as autoridades e que tal doença não é uma prioridade para o governo, mas sim a doença de Chagas, a tuberculose e os parasitas intestinais, enfermidades que já desapareceram em países mais desenvolvidos, mas que no Brasil ainda continuavam acometendo centenas de pessoas. O assessor afirmou ainda que o valor para desenvolver pesquisas sobre a Aids era bastante alto, sendo algo impensável naquele momento, pois até mesmo os Estados Unidos só passaram a investir em pesquisas sobre a doença quando ela se alastrou pelo país. O próprio ministro da Saúde, Carlos Sant’Anna, afirmaria, em matéria publicada na revista *Veja*, em 14 de agosto de 1985, que a Aids no Brasil era “uma doença preocupante, mas não prioritária¹⁰”, pois existiam no país, naquele momento, 6 milhões de portadores da doença de Chagas, 8 milhões de pessoas com esquistossomose e quase um milhão de tuberculosos. Assim, não era uma das prioridades do ministério uma atenção

especial para a Aids, pois existiam no Brasil apenas 384 casos confirmados da doença. Logo, era uma “tolice” a população entrar em pânico, pois o que existia, ainda segundo o ministro, era um “verdadeiro lobby” da doença no país.

É importante lembrarmos que o surgimento dos primeiros casos de Aids no Brasil coincidiu com o crescimento de crises sociais, econômicas e políticas, no período em que o país tentava voltar à democracia, o que afetava a estrutura do sistema de saúde pública. Para se ter uma ideia, no ano de 1982, de acordo com dados do Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST/Aids, foram identificados 7 casos da doença. No final da década, o número de pessoas soropositivas chegaria a 4.898. Quase cinco mil pessoas que, além da doença, tinham que conviver com o preconceito e a discriminação tanto do próprio governo, que muitas vezes demorava para tomar atitudes que pudessem contribuir com ações que minimizassem o sofrimento dos soropositivos, quanto da própria sociedade.

Por estas e outras razões, muitos cometeram suicídio. Apenas em São Paulo, entre os seis primeiros meses de 1985, foram notificados seis casos de suicídio entre pessoas que contraíram a doença.

Se o Governo Federal naquele momento não tomou a Aids como assunto

⁹http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=0&Pesq=

¹⁰ <http://veja.abril.com.br/acervo/home.aspx>



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

prioritário do Ministério da Saúde, a sociedade civil passou a realizar ações para que, no mínimo, as pessoas tivessem mais informações e orientações sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST) e a Aids. Assim, organizações não-governamentais (ONGs), com atividades em HIV/Aids, desenvolveram projetos de intervenção e assessoria, pesquisa e aconselhamento, além de trabalhos e ações com crianças e adultos, empresas e escolas (KLEIN, 1994).

O que vai chamar a atenção de pesquisadores como Parker (1994) e Galvão (2000), por exemplo, é a solidariedade no tocante aos trabalhos voluntários, e isso é algo que perpassa a atuação das ONGs, independentemente do trabalho desenvolvido. Antes da Aids “chegar” ao Brasil, o trabalho voluntário já era realizado por organizações de militância, como grupos gays e feministas, além dos trabalhos realizados pelas pastorais das igrejas católicas.

De acordo com Teixeira (1997, *apud* Galvão, 2000), no ano de 1983 um grupo de militantes do movimento pelos direitos dos homossexuais foram à Secretaria de Saúde do estado de São Paulo pedir uma posição daquela secretaria diante dos casos de Aids que a mídia estava noticiando, sendo então constituído um grupo de trabalho composto por técnicos de diferentes áreas de atuação. A criação do programa de Aids do estado de São

Paulo, segundo o autor, foi uma boa combinação entre um governo democrático e a crescente mobilização de setores da sociedade civil através de ativistas dos grupos SOMOS e o Outra Coisa¹¹. Juntos, eles produziram e distribuíram panfletos de advertência em várias ruas da “Paulicéia desvairada”. Apesar de serem os primeiros a contribuir para chamar a atenção do poder público para essa doença, os dois grupos tiveram vida curta e encerraram as atividades entre os anos de 1983, o SOMOS e, em 1984, o Outra Coisa.

As ações mais contundentes da sociedade civil se deram em 1985, quando é criado em São Paulo o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids¹² (GAPA), a primeira ONG/Aids brasileira. Esse será o ano também em que o trabalho de informação e prevenção começa a ser posto de forma sistemática, ganhando dimensão nacional, passando o governo federal a dar atenção à “Aids

¹¹ Facchini (2003) afirma que, por questões de discordância de ideias e propostas, em 1980 o SOMOS passou por um “racha”, sendo dividido em três grupos: SOMOS, Grupo Lésbico-Feminista – que depois passou a ser Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) –, e o Grupo de Ação Homossexualista, que posteriormente passou a usar o nome Outra Coisa. Ainda no mesmo ano, o Outra Coisa se une aos grupos Eros e Libertos, formando assim o Movimento Homossexual Autônomo.

¹² O GAPA tinha como principais articuladores Paulo Roberto Teixeira (um dos criadores do programa de Aids de São Paulo), Paulo Roberto Bonfim (militante de esquerda e técnico em patologia clínica do Hospital do Servidor), Edward MacRae (antropólogo), Áurea Abbade (advogada) e Jean-Claude Bernardet (cineasta, escritor e professor).



Brasileira” (GALVÃO, 2000). A criação dessa ONG foi fundamental para articular no país um outro tipo de discurso, diferente do que era produzido pela mídia e pelo Ministério da Saúde frente à Aids.

O GAPA produziu o primeiro cartaz sobre Aids, trazendo informações de como evitar contrair doenças sexualmente transmissíveis. Além da informação e conscientização, essa ONG teve como principal característica o trabalho contra a discriminação a pessoas soropositivas, criando um serviço de assessoria jurídica para pessoas com Aids, servindo de modelo para outras entidades.

No ano seguinte, no Rio de Janeiro, era criada a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) que, desde a sua criação, busca fazer articulação com as políticas de Aids internacionais, bem como a elaboração de análises sobre políticas públicas de saúde relacionadas à doença. Foi a primeira instituição que teve como fundador e presidente uma pessoa assumidamente soropositiva, o sociólogo Herbert José de Sousa (Betinho), e o escritor Herbert Eustáquio de Carvalho, conhecido como Herbert Daniel. A ABIA possuía entre conselheiros Dom Mauro Moreli (Bispo de Duque de Caxias), Rubem César Fernandes (que na época era secretário-executivo do ISER), Bernardo Galvão (um dos

pesquisadores que isolaram o HIV no país), o que contribuiu para que essa ONG tivesse um “caráter interdisciplinar com uma visão que integrava intervenção cultural e produção de conhecimento, ação política local e atuação no cenário internacional.” (GALVÃO, 2000, p. 72).

Apesar de toda essa mobilização, algumas opiniões de pessoas públicas na mídia repercutiriam bastante na sociedade brasileira. Podemos tomar como exemplo o caso do artigo escrito por Dom Eugênio de Moreira Salles, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, que teve como título “O mal e a covardia dos bons¹³”, tendo sido publicado na edição de sábado, 27 de julho de 1985, no *Jornal do Brasil*. No referido artigo, o cardeal afirmava que no Brasil a Aids era uma doença eminentemente moral:

A ocorrência da enfermidade tem tido assombrosa repercussão, modificando profundamente o procedimento moral dos indivíduos. Como a infração está, intimamente, relacionada à moral cristã, especialmente no campo do homossexualismo e promiscuidade pela troca de parceiros (diga-se infidelidade conjugal) e liberdade sexual, o medo alcança o que a obediência amorosa não conseguiu. [...] Violentada, a natureza se vingará, e, quando o faz, é terrível. [...] Quando o amor de Deus, manifestado na obediência a seus preceitos é vilipendiado, o chicote de um novo perigo de vida acorda os recalitrantes. (p. 11)

¹³http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_10&PagFis=0&Pesq=O%20mal%20e%20a%20covardia%20dos%20bons



Para o arcebispo, além de uma punição, a Aids era um castigo divino, um revide da natureza contra a inversão que estava ocorrendo no campo da sexualidade. Por não seguir os princípios divinos, os homossexuais deveriam ser castigados com a Aids que os levariam à morte. E esse será também o discurso de muitos periódicos e revistas brasileiras da década de 1980 e início de 1990, que faziam uma associação entre Aids e morte, algo que podemos observar nos trechos de matérias das revistas *Istoé* e *Veja*, respectivamente. “Markito, de fato, padecia de uma doença até agora incurável, a síndrome de deficiência imunológica adquirida, mais conhecida pela sigla americana AIDS¹⁴” ou “A maioria dos contaminados, cerca de 500.000 brasileiros, convive com o vírus em seu estágio silencioso até o dia em que a espada do anjo da morte toca seu ombro”¹⁵.

Jornais de várias regiões do país trarão matérias onde se noticiava a morte de travestis e homossexuais por causa da Aids. A *Tarde*, jornal baiano de maior circulação no Estado, propôs a erradicação dos elementos que pudessem transmitir a “peste gay”.

Se a “guerra” à doença estava declarada, muitos passaram a se ver como soldados, buscando exterminar o inimigo. Em

uma guerra, todos os gastos e resultados devem ser calculados.

A metáfora dá forma a uma visão de uma doença particularmente temida como um ‘outro’ alienígena, tal como o inimigo é encarado nas guerras modernas; e a transformação da doença em inimigo leva inevitavelmente à atribuição de culpa ao paciente, muito embora ele continue sendo encarado como vítima. A ideia de vítima sugere inocência. E inocência, pela lógica inexorável que rege todos os termos relacionados, sugere culpa (SONTAG, 1989, p. 16).

No jornal *O Dia*, em 20 de novembro de 1984, encontramos a matéria “Povo de Sidnei caça os gays por causa da Aids”, que explanava sobre a “caça aos gays” tidos como os principais causadores da doença e pelo fato do único Banco de Sangue do país ter informado que foi identificado sangue contaminado no estoque, sendo um homem gay de 27 anos de idade o principal “suspeito” de ter “contaminado o Banco de Sangue administrado pela Cruz Vermelha”. Devido a esse fato, os setores mais conservadores da população, de acordo com a matéria, estavam se vingando. Um dia antes, o mesmo jornal publicou a matéria “Abatido o 3º gay – Estão matando os travestis a tiros”, onde eram relatados casos de travestis que foram assassinadas na cidade de Recife (PE). E isso não será um fato isolado. Em 4 de setembro de 1985, a *Veja* publicava na seção “Comportamento” matéria que tinha como título “A primeira vítima”. De acordo com essa matéria, a população de Araguari, em

¹⁴ Istoé, 15/06/1983

¹⁵ Veja, 29/01/1992



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Minas Gerais, expulsou o cabeleireiro Evaldo Marques da cidade, por suspeitar que ele tinha Aids. Por existir a possibilidade (não confirmada) de Evaldo estar doente, ele foi preso, levado para um hospital e depois banido da cidade. “Se ele aparecer lá vai ser queimado vivo como Joana D’Arc”, ameaçava o delegado regional de Uberlândia, Paulo Celso Lucas da Silva. O discurso de ódio construído para expulsar Evaldo foi tão forte que, de acordo com a matéria, os moradores de Araguari diziam que, para se vingar da cidade, o cabeleireiro lambeu as frutas das feiras para contaminá-las; outros diziam que ele nadou na piscina de um clube e experimentou roupas em várias boutiques com a intenção de propagar a doença. Evaldo Marques não se matou, mas os moradores da cidade o mataram simbolicamente.

Segundo o Grupo Gay da Bahia, coordenado pelo antropólogo Luiz Mott, desde quando foi noticiado o primeiro caso de Aids no Brasil, até o ano de 1987, foram notificados mais de 300 casos de assassinatos, apenas na Bahia. Além da possibilidade de mortes motivadas pela LGBTofobia, não pode ser negada a possibilidade de uma tentativa de extermínio de homossexuais para evitar o aumento de casos de Aids. Será ainda neste período que se inicia a expansão das religiões neopentecostais no país que, com cunho bastante fundamentalista, vão se aproveitar do

preconceito contra os homossexuais para se promover, utilizando-se da grande mídia para promoção da “cura gay”. Assim, não bastava aos homossexuais serem acusados de responsáveis por trazer a “peste gay”. Eles eram “doentes” porque eram gays. Assim, ao se converterem poderiam se livrar da “moléstia” de serem homossexuais.

Apesar de tudo isso, o governo brasileiro demorou a tomar atitudes. A inércia foi justificada por problemas de saúde que ainda não tinham sido resolvidos no país, como malária, tuberculose, meningite, dentre outras doenças. Além disso, foram alegadas restrições financeiras causadas pela crise econômica, limitando assim a disponibilidade de recursos para pesquisas, programas educacionais, além de cuidados e tratamentos para os pacientes com Aids.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas em maio de 1985 é que, a pedido do governo, foi criado o Programa Nacional de AIDS pela Divisão Nacional de Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, junto ao Ministério da Saúde, ficando esta unidade responsável por desenvolver um plano quinquenal para a questão da doença.

A Aids fez surgir um debate social sobre a sexualidade e a homossexualidade, em

www.generoesexualidade.com.br

(83) 3322.3222

contato@generoesexualidade.com.br



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

particular. Em que incidam o rastro de morte e violência que acompanhou seu avanço, a doença modificou dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade ao deixar também, como legado, uma ampliação sem precedentes da visibilidade e do reconhecimento da presença socialmente difundida dos desejos e das práticas homossexuais. Se a Aids propiciou uma ampliação do poder médico, amparado na ressonância da mídia, também iluminou práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade, que deixaram a clandestinidade para adentrar o debate público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O amigo & O que é um dispositivo**. Chapecó, SC: Argós, 2014.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

GALVÃO, Jane. **AIDS no Brasil**: a agenda de construção de uma epidemia. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.

MANN, Jonathan, TARANTOLA, Daniel J. M. NETTER, Thomas W. (orgs). **A Aids no mundo**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará/Abia/IMS – UERJ, 1993.

PARKER, Richard. **A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará/ABIA: IMS, UERJ, 1994.

SONTAG, Susan. **Aids e suas metáforas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1999.